

PERFIL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA NOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ - BRASIL

HISTORY TEACHERS' PROFILES IN THE REGION OF CAMPOS GERAIS, PARANÁ - BRAZIL

Luis Fernando Cerri¹

¹ Autor para contato: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Departamento de História, Ponta Grossa, PR, Brasil; (42) 3220 - 3375; e-mail: lfchronos@yahoo.com.br

Recebido para publicação em 12/12/2006

Aceito para publicação em 29/09/2006

RESUMO

O texto expõe as conclusões centrais da pesquisa “Perfil dos professores de História nos Campos Gerais do Paraná”, desenvolvida em 2004, sob direção do autor. O levantamento investigou formação, concepções de História e Educação, condição sócio-econômica e condições de trabalho, dados étnicos, religiosos e políticos, acesso a bens culturais e satisfação com a profissão, de professores de História da região. Parte dos dados pôde ser comparada com um levantamento similar desenvolvido em 1994. A pesquisa foi desenvolvida também como atividade didática para o Bacharelado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A importância das conclusões da pesquisa para a Didática da História está em suas características específicas, sobretudo por interpretar as mudanças no objeto num intervalo de 10 anos.

Palavras-chave: professores de História; formação contínua; levantamento do perfil profissional

ABSTRACT

This paper presents the main conclusions of the research “History teachers’ profile in the region of Campos Gerais, Paraná - Brazil”, developed in 2004, under the author’s direction. The survey investigated the schooling, the views about History and Education, the social, economical and working conditions, the ethnical, religious and political *data* and the access to cultural goods of History teachers in the region. Part of the data could be compared with a similar survey developed in 1994. The research was also developed as a didactical activity for the History Bachelorship of the University of Ponta Grossa. The importance of the conclusions of this study for

History Didactics lies in its specific characteristics, mainly because it interprets the changes the object has undergone in a period of ten years.

Key words: history teachers, continuous formation, survey of professional profiles

Apresentação

Mulher, branca, católica, com renda pessoal entre 4 e 6 salários mínimos, aproximadamente, e renda familiar entre 8 e 11 salários mínimos, com pouca ou nenhuma participação política, social ou sindical. Esse é, *grosso modo*, o perfil dos professores de História dos Campos Gerais vinculados à Rede Estadual de Ensino.

A pesquisa apresentada nesse texto constitui uma contribuição ao esforço de produzir efeitos práticos a partir das discussões sobre o aperfeiçoamento do ensino de História. As mudanças que são propostas, entretanto, caem muitas vezes no vazio por não haver conhecimentos fundamentados sobre o perfil dos sujeitos do processo, especialmente professores. No mais das vezes, as propostas são feitas a partir de uma representação do professor construída a partir de impressões esparsas, em vez de dados construídos a partir da pesquisa.

Levando em consideração essa necessidade, pretende-se com a divulgação dessa pesquisa, além de produzir dados dentro de um recorte geográfico e administrativo específico, colocar essa problemática e incentivar outros estudos dessa categoria, sobretudo por parte de instituições com maior capacidade técnica e financeira.

A pergunta central da pesquisa foi: quais são as características do corpo docente que trabalha com História na rede pública estadual da região de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa? Em 1994, uma resposta a essa questão foi dada pela pesquisa “Levantamento do perfil sócio-profissional do professor de História de 5ª a 8ª séries do 1º Grau e do 2º Grau na região dos Campos Gerais do Paraná”, desenvolvida pelo prof. Marco Aurélio M. Pereira, do Departamento de História da UEPG. A pesquisa refletia a preocupação com os recursos humanos na área, no momento da implantação de uma proposta de melhoria da ação educativa, o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná. O questionamento era no sentido de que as ações de implantação do currículo e de aperfeiçoamento dos professores em serviço eram incompletas, uma vez que não se conheciam, sequer em linhas gerais, as características dos docentes aos quais essas ações se destinavam.

Passados dez anos, podemos perceber que as crises na educação aprofundaram-se, bem como apresentam-se novas propostas de enfrentamento dos problemas educacionais, como a LDB 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os treinamentos intensivos em Faxinal do Céu durante o governo Lerner, o surgimento de programas multimidiáticos de treinamento de professores à distância, as leis determinando a obrigatoriedade do ensino religioso, da História do Paraná e da História e Cultura Afro-Brasileira. Diante de tantas mudanças, observamos que novamente há uma defasagem entre o conhecimento que se tem sobre o corpo docente que trabalha com a História e os programas para o ensino, geralmente partindo de um professor imaginado / idealizado / generalizado. A pesquisa, nesse sentido, objetiva levantar os dados dos professores e professoras de História na rede pública estadual, de modo a compor um perfil e construir elementos de análise que possam subsidiar as propostas de intervenção. Além disso, a distribuição de uma síntese das conclusões entre os pesquisados tem por objetivo fornecer elementos de reflexão sobre a própria prática e a prática coletiva dos docentes da disciplina.

Duas observações importantes: quando utilizarmos a palavra “professor”, entenda-se que estaremos nos referindo sempre a professor e professora, salvo indicação em contrário. Sempre que não houver comparação, os dados referem-se a 2004.

Pesquisa como ensino, ensino como pesquisa

O princípio expresso acima teve sua concretização buscada na pesquisa ora apresentada. Ela foi

concebida, desenvolvida e discutida como parte das atividades da Oficina de Ensino de História I, disciplina do 1º ano do Bacharelado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Constituiu, portanto, exercício de produção do conhecimento para o aluno do 3º grau, bem como contribuição como exercício para a formação de futuros pesquisadores em projetos coletivos. Nesse processo, procurou favorecer a aproximação entre a Universidade e a Escola Básica Pública, colaborando na reflexão dos professores em suas práticas pedagógicas, tanto através da própria pesquisa quanto da síntese a ser disponibilizada pelos pesquisadores.

A preparação dos alunos para a atuação como auxiliares de pesquisa iniciou-se no primeiro semestre, em que participaram de aulas teóricas e debates sobre o significado da pesquisa acadêmica, sua importância social, política e econômica, sua indissociabilidade em relação ao ensino, bem como sobre as condições gerais de sua validade científica. Na seqüência, foram discutidos os rudimentos metodológicos das diversas possibilidades de construção de dados e conhecimentos, e suas implicações.

No segundo semestre, os alunos foram colocados diante da necessidade de definir um tema de pesquisa dentro da área do ensino da História / Educação Histórica. Uma vez que a pesquisa do prof. Pereira havia sido apresentada como exemplo nas discussões metodológicas anteriores, o grupo chegou ao consenso de adaptar metodologicamente e repetir em linhas gerais o levantamento de 1994, de modo a obter, além de um panorama atualizado do perfil dos professores de História, uma abordagem comparativa dos dados. Evidentemente, essa abordagem comparativa teria tanto mais potencial quanto menos se alterasse o questionário original. Entretanto, a dinâmica da construção coletiva da pesquisa e a opção por potencializar o aprendizado da equipe sobrepuseram-se ao objetivo de potencializar a comparabilidade dos dois levantamentos. Decidiu-se por uma revisão do instrumento de pesquisa, visando tanto a atualização de algumas questões quanto a avaliação sobre a pertinência, para a atualidade, de algumas questões feitas. Além disso, outras questões foram sugeridas, discutidas e incorporadas, o que acabou por estabelecer um questionário parcialmente novo, do qual resultaria, conseqüentemente, um levantamento apenas parcialmente compa-

rável com o de 1994.

Antes da elaboração do instrumento, entretanto, a turma dividiu-se para construir propostas para o texto do projeto de pesquisa: justificativa, objetivos, hipóteses, revisão da bibliografia e encaminhamentos metodológicos. De volta ao grande grupo, cada um desses pontos foi discutido e afinado com a perspectiva geral, cabendo também ao coletivo, sempre sob coordenação do professor, a elaboração do cronograma e distribuição de tarefas práticas.

O grupo entendeu, também, que seria necessária uma pesquisa paralela, de caráter qualitativo, com entrevistas diretas e gravação / transcrição de depoimentos de professores. Por envolver uma metodologia própria, formou-se um subgrupo na turma, destinado a elaborar um novo instrumento, com base no questionário decidido coletivamente.

Em linhas gerais, o projeto listou os seguintes objetivos: possibilitar experiência e treinamento em pesquisa coletiva, de caráter quantitativo e qualitativo, para aos alunos do 1º anos de bacharelado em História de 2004; produzir conhecimento sistemático e com validade estatística sobre o perfil do professor de História na rede pública estadual nos Campos Gerais, suas vivências, dificuldades e estímulos; disponibilizar o conhecimento produzido de modo a propiciar a reflexão e novas atitudes por parte dos professores e dos gestores públicos e da comunidade, subsidiando ações de melhoria em cada uma dessas esferas.

No que se refere aos objetivos, o texto do projeto apontou o que segue: esse projeto classifica-se como pesquisa descritiva, com base num questionário fechado, a ser respondido pelo conjunto dos professores efetivos de História lotados nas escolas da área do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa. Espera-se ainda que a pesquisa consiga atingir alguns dos professores temporários que eventualmente sejam identificados nos campos de pesquisa. A área de abrangência do NRE-PG compõe uma parte significativa dos Campos Gerais (os municípios envolvidos são Ponta Grossa, Castro, Tibagi, Piraí do Sul, São João do Triunfo, Palmeira, Ipiranga, São Mateus do Sul, Ivaí, Porto Amazonas e Carambeí).

Os resultados da análise dos dados referente a cada item serão confrontados para a produção de novas informações e reflexões. Dessa forma, além do resultado absoluto de cada questão, será possível es-

tabelecer resultados cruzados, ou seja, qualificar determinadas respostas a partir de características pessoais, profissionais ou de opinião, levantadas em outras perguntas.

A partir da pesquisa anterior do professor Marco Aurélio os resultados foram confrontados para produção de dados quanto à evolução das realidades estudadas, nos casos em que isso se aplica, uma vez que o instrumento quantitativo foi reconstruído com base na avaliação da pesquisa anterior e do estudo das novas necessidades de informação identificadas pela equipe a partir das novas realidades que se apresentam. Assim, algumas questões permaneceram iguais às da pesquisa anterior, e podem ser comparadas com os dados que serão levantados desta vez.

O projeto, ainda, apresentava as seguintes hipóteses, baseadas nas leituras das referências bibliográficas e do relatório: a implantação dos PCNs modificou as práticas e as concepções dos professores; na questão sócio-econômica, houve piora na situação dos docentes; a participação política e sindical dos docentes ampliou-se no engajamento social; há uma renovação dos integrantes do corpo docente, que pode ser ligada a eventuais avanços nas metodologias de ensino e as perspectivas mais recentes de pensamento na História e na Educação, uma vez que se supõe que essas novas perspectivas se fizeram presentes na formação mais recente desses professores.

O questionário da pesquisa principal, quantitativa, foi composto de questões fechadas de múltipla escolha. A partir de uma listagem dos professores de História da rede estadual, fornecida pelo Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, foram divididos os questionários a serem aplicados a cada professor entre os alunos da disciplina, que se encarregaram de levar e trazer pessoalmente os questionários, com o que buscou-se obter um índice expressivo de retorno. Nos outros municípios, os questionários foram enviados pelo próprio NRE e devolvidos com o malote de correspondência de cada escola. Todos os questionários levavam impressa a carta de apresentação da pesquisa, as orientações para o preenchimento, o uso pretendido para os dados obtidos e a garantia de sigilo das respostas individuais. O sigilo foi garantido pela

devolução não identificada das respostas, reunidas pelo NRE num envelope único, o mesmo dando-se com os questionários retornados do município de Ponta Grossa. Isso inviabilizou um tratamento dos dados por cidade, o que, porém, não era objetivo do projeto.

Os dados recebidos foram tabulados através do programa Microsoft Access, permitindo realizar as totalizações de cada questão e a análise cruzada de algumas delas. A análise e discussão dos resultados foi realizada no seminário de encerramento da disciplina.

Elementos para um perfil sócio-econômico

O primeiro dado que chama a atenção é o crescimento do número total de professores efetivos. Em 1994, eram 166 professores concursados atuando na região, contra 200 na atualidade. Naquele momento, foi possível analisar 119 questionários, que retornaram, compondo 71,68% do universo pesquisado, enquanto em 2004 retornaram 135 questionários, 67,75% do total. Em ambos os casos, de acordo com a fórmula da margem de erro (Labes, 1998, p. 29), a confiabilidade dos levantamentos encontra-se na casa de 95%.

Nesse universo, nota-se um processo significativo de envelhecimento do corpo docente pesquisado, havendo decréscimo nas faixas de menor idade e incremento nas faixas de maior idade, com estabilidade das faixas médias de 41 a 50 anos. Há um crescimento expressivo, entretanto, nas faixas de 40 anos, conforme é possível notar no gráfico 1.

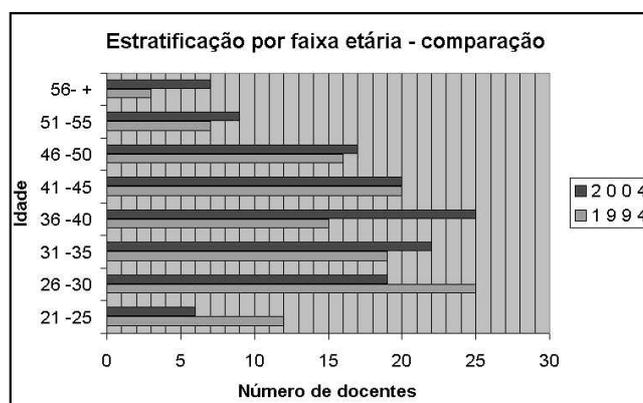


Gráfico1 - Estratificação por faixa etária - comparação.

Esse resultado impõe uma interpretação do fluxo de profissionais ao longo da carreira. O primeiro fenômeno é a redução em 50% do número de professores de até 25 anos, ou seja, daqueles que concluem o curso de licenciatura com idade baixa, por terem optado imediatamente por essa carreira ao final de sua escolarização básica. Evidentemente, nas demais faixas etárias é detectável a presença de recém-formados (verifica-se quase a duplicação do percentual de professores com 0 a 4 anos de magistério, em outras faixas etárias). Em suma, o grupo dos professores mais novos na carreira em 2004 revelam uma menor incidência de professores mais novos em idade, ou seja, há um envelhecimento relativo da base da carreira. Esses dados podem indicar duas tendências: a) uma diminuição do interesse dos mais jovens pela profissão e b) um intervalo maior entre a formação básica e a admissão no curso de licenciatura e posterior recrutamento pelo sistema educacional, havendo, nesse intervalo, o exercício de outras alternativas de trabalho, a situação de desemprego ou um maior intervalo até a aprovação no vestibular. Um dos fatores que contribui para iluminar esses dados é a prevalência, no período imediatamente anterior, de vínculos trabalhistas temporários e não-estáveis, o que também faz com que uma parte dos professores concursados recentemente conte com uma maior experiência de trabalho. É importante destacar que durante o governo Jaime Lerner (1995-2002), o recrutamento ocorreu através de contratações temporárias, havendo concurso público para efetivação de professores estatutários apenas em 2003, primeiro ano do mandato de Roberto Requião. Por outro lado, o fato de Ponta Grossa contar com uma universidade pública com curso de Licenciatura em História, com capacidade de formar 80 professores por ano até 2004, acabou por significar uma saturação do mercado de trabalho e uma maior competição pelas vagas, o que pode contribuir para a explicação desse envelhecimento relativo do corpo docente de História empregado na rede pública estadual.

O perfil do professorado de História da rede

pública estadual na região dos Campos Gerais continua sendo feminino: 71.8% do total. Entretanto, nota-se um aumento na participação de homens, que eram 19,6% em 1994, e passaram a 28,2% em 2004, o que aponta para um incremento da disputa por mercado de trabalho por parte dos professores de História do sexo masculino. No que se refere ao estado civil, a maioria permanece sendo a de casados, com 53,3%, porém em menor proporção que em 1994, quando os casados eram 60,5%. O número de solteiros teve uma leve diminuição, enquanto surgem na análise os professores em união consensual (4,4% do total) e separados não-judicialmente (5,9% do total). No que se refere à prole, não é possível uma comparação, pois foram incluídos na pergunta os enteados, visando contemplar as novas estruturas familiares resultantes de separações e novas uniões. Mesmo assim, é possível observar a tendência de diminuição do número de filhos, uma vez que os pais de filho único compõem 24,4% da amostra, contra 15,9% em 1994. Além disso, apesar da diminuição do percentual de professores sem filhos (de 40,3% em 1994 para 31,85% em 2004), essa condição ainda é a mais freqüente na amostra.

Na pesquisa realizada em 2004, introduziu-se a questão sobre a auto-representação étnica dos entrevistados, motivada pelo crescimento das discussões sobre o tema, especialmente após a promulgação da Lei 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, que alterou a LDB9394/96 de modo a incluir nos currículos oficiais a temática de “História e Cultura Afro-Brasileira”, e após as iniciativas de concursos vestibulares com cotas para negros. Nas respostas, encontrou-se a mesma característica que o IBGE nas perguntas do Censo referentes a essa questão: uma multiplicidade de respostas que não permite uma caracterização simples da amostra, como é possível verificar no gráfico 2. Entretanto, o IBGE trabalha com a totalidade da população, enquanto a presente pesquisa abrange professores de História com grau universitário, oriundos de um curso em que a temática de raça / etnia foi abordada.

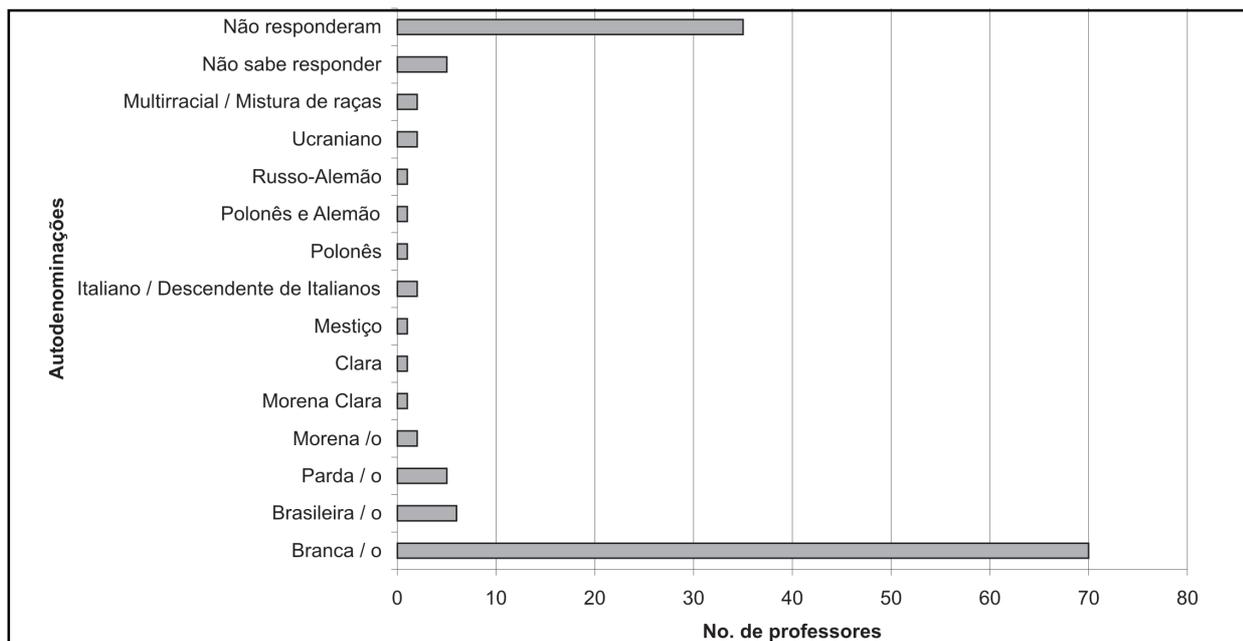


Gráfico 2 - Autodenominação étnica.

Pode-se notar que, em uma parte dos casos, a resposta não contempla propriamente a etnia, mas nacionalidade e descendência, o que pode significar tanto uma auto-ocultação quanto a insuficiência das categorias tradicionais, sobretudo “branco”, numa região do Paraná marcada por diversas correntes migratórias européias, relativamente recentes. Outra observação é que, por mais que somemos as respostas que se referem direta ou indiretamente a não-brancos, temos 13 professores, 9,6% da amostra. Ainda assim estaríamos muito distantes da média paranaense, de 23% de pretos e pardos, aproximadamente. Esse dado revela que os sucessivos filtros da escolarização, do vestibular, da graduação e da admissão ao serviço público funcionam de forma nefasta para a população afro-brasileira, o que se refletiu na amostra levantada.

A renda pessoal e familiar sofreu alterações no período em foco. Como, em ambos os casos, a renda foi perguntada em reais, realizamos uma conversão para o valor em Salários Mínimos¹, mesmo tendo em mente que esse parâmetro não é estável e vem sofrendo variações no poder de compra que realmente implica. Em 1994, o estrato que recebia acima de sete salários mínimos representava 29,4% da amostra, enquanto em 2004, esse grupo representava 11,1%. A parcela que

recebia entre 4 e sete mínimos representava 39,4% do total em 1994 e 67,3% em 2004, numa inequívoca demonstração da queda do salário do professorado. A maioria (57,7%) dos professores pertence a famílias com renda entre 5,5 e 11,1 salários mínimos. A posse de bens duráveis, porém, oferece um contraponto aos dados de renda. Em 1994, 41,1% não possuíam automóvel, número que cai para 24,4% em 2004. No aspecto qualitativo dessa propriedade, os dados também refletem uma melhoria: possuem carros com até 4 anos de fabricação: 11 professores (9,4%) em 1994 e 30 professores (22,2%) em 2004. No que se refere à forma de habitação, as maiores mudanças estão entre os grupos dos que moram com os pais e dos que possuem casa: 42,24% em 1994 e 53,33% em 2004 possuem casa própria quitada e 26,72% em 1994 e 12,59% em 2004 moram com os pais.

Participação social, sindical, política e religiosa

O levantamento permitiu verificar que a participação política partidária dos professores de História

¹ Uma tabela da evolução histórica do salário mínimo pode ser encontrada em <http://www.spbancarios.com.br/economia/minimo.htm>, acessado em 20/02/2005.

sofreu um pequeno aumento, embora a não-filiação a partidos políticos ainda seja majoritária: 87,3% em 1994 e 80% em 2004. O Partido dos Trabalhadores teve o maior crescimento de professores de História filiados, de 4,2% para 6,6%, enquanto o PMDB caiu de 3,3% para 2,2% e o PDT de 3,3% para 1,4%. Foram constatadas filiações a outros partidos em 2004, com porcentagem menor que os anteriormente citados. Em todos os casos, é notável uma partidarização minoritária na categoria, ainda que seja muito maior que os níveis de filiação da população em geral.

No que se refere à sindicalização, verifica-se a tendência contrária. 44,8% eram filiados à APP-Sindicato ou outra entidade sindical em 1994 e 37,7% são sindicalizados em 2004. No que se refere às Organizações Não-Governamentais, na atualidade 88,8% não participam e apenas 3,7% participam de ONGs, incluídas as Associações de Pais e Mestres e organizações ambientalistas, sendo que os demais não responderam.

Os fatores pelos quais os entrevistados explicam a não-participação concentram-se em três grupos: falta de tempo (apontada por 51,1% dos entrevistados), falta de conhecimento (5,9%) e antagonismo quanto à participação social (5,9% descrevem a possibilidade da participação mudar alguma coisa, 4,4% afirmam que não se interessam pessoalmente por esse tipo de atuação e 14,8% indicam que não têm afinidade com as ONGs existentes).

Os dados até aqui apontam duas perspectivas: baixa participação e alto potencial de crescimento da mobilização dos docentes, uma vez que o motivo majoritário para a não-participação não é o antagonismo com as entidades, mas a falta de tempo e de conhecimento das mesmas. A baixa participação geral dos professores de História chama a atenção, uma vez que nessa disciplina são mobilizados com maior frequência os discursos e argumentos sobre a formação do cidadão crítico, consciente, participativo, etc., que a História ensinada teria a missão de formar. Das duas uma: ou a maioria dos professores exerce - por diversos motivos, que não necessariamente a sua vontade - o descolamento entre o discurso e a prática pessoal (o que tem implicações severas sobre o que dizem aos alunos, visto que para eles o testemunho é o fator significativo que o anula discurso), ou a concepção efetiva dos clichês como “sociedade democrática, mais

humana e solidária” e “cidadão crítico, consciente e participativo” difere daquela que estabelece que esses objetivos só se atinge com participação e militância efetiva.

Essa reflexão recebe elementos ainda mais intrigantes quando nos debruçamos sobre os resultados da seguinte questão: *Você acredita que a participação política ou social do professor de História influencia qualitativamente as suas aulas e a educação histórica do aluno?* 77% consideram que influencia, influencia bastante ou influencia totalmente, enquanto apenas 10,3% consideram que influencia um pouco e 5,1% consideram que não influencia nada. Evidentemente, apesar de se perguntar sobre a influência qualitativa sobre o aluno, a pergunta não desvendava se o professor ou a professora entendem que essa influência é positiva ou negativa. Mesmo assim, o quadro não perde seu caráter instigador dessa reflexão.

No campo religioso, observam-se alterações mais acentuadas que na média da população. O percentual de professores de História católicos caiu de 81,5% para 61,4%; os evangélicos saltaram de 8,4% para 14%; os espíritas aumentaram de 3,3% para 5,9%, e os agnósticos sofreram uma variação muito pequena, de 2,5% para 2,9%. Introduziu-se, na pesquisa de 2004, uma pergunta inspirada pela legislação que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, do qual os professores de História participam significativamente. A pergunta foi: *Acredita que a opção religiosa do professor de História influencia qualitativamente as suas aulas e a educação histórica do aluno?* As respostas seguem tendência inversa às da questão sobre a influência da opção política do professor.: 24,4% acreditam que influi pouco, 31,8% acreditam que não influencia em nada, enquanto 36,2%, acreditam que influi, influi bastante ou influi totalmente. Há uma representação, portanto, por parte do professor de História médio desse levantamento, de que a opção política do docente, para o bem ou para o mal, transparece e influencia a formação do aluno, enquanto a opção religiosa encontraria uma relação muito menos permeável com a formação do aluno. Pode-se deduzir que, uma vez que a orientação para o ensino religioso por parte do poder público tem sido laica e supraconfessional, criou-se uma concepção de que a influência da opção religiosa do profes-

sor sobre o aluno é negativa. Talvez por isso apareceria como sendo pouco influente sobre a qualidade das aulas e da formação histórica do aluno; o contrário ocorreria com a opção política, que seria considerada positiva. Essas hipóteses, evidentemente, precisam ser estudadas em novas pesquisas, o que é reforçado pela importância do tema na qualidade do ensino da História.

Características acadêmicas e profissionais

Dos professores de História da Rede Pública Estadual nos municípios do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, 10,3% são graduados após 2000. Os formados na década de 1990 somam 45,9%, enquanto os formados na década de 1980 são 23,7%. Os que se graduaram antes de 1980 compõem 11,8% do conjunto. Embora verifique-se uma maioria de professores com formação relativamente recente, uma expressiva parcela teve sua formação há mais de 15 anos o que, se não pode absolutamente levar a conclusões sobre a qualidade dessa formação inicial, impõe a premência das atividades de atualização do conhecimento desse corpo docente.

Há uma expressiva parcela de professores no início da carreira: 22,9% têm até de 0 a 4 anos de magistério, e estão mais ou menos na fase que Huberman (1995, p. 47) caracteriza como de entrada ou tateamento. Uma porcentagem um pouco inferior, 14,8%, está no período de 5 a 9 anos de atividade, aproximadamente ao período de estabilização e consolidação de um repertório de saberes e práticas pedagógicas, segundo Huberman. O período descrito por esse autor como de diversificação e maior ativismo e questionamento, dos 7 aos 25 anos de profissão, é representado de forma aproximada por 23,7% e 19,2% dos entrevistados, que estão respectivamente entre 10 e 14 anos e 15 a 24 anos de magistério. O período de serenidade e distanciamento afetivo / conservantismo, que para Huberman é vivido entre os 24 e os 35 anos de profissão, bem como o período do desinvestimento, acima de 35 anos, é vivido por 11,1% dos entrevistados que têm 25 ou mais anos de magistério. No caso da legislação brasileira, esse último grupo encontra-se em condições de aposentadoria ou já

aposentado, embora ainda em atividade. O gráfico 3 mostra que as categorias em que houve aumento da porcentagem de professores foram as de 0 a 4 e 10 a 14 anos de magistério, havendo expressivo decréscimo dos que têm entre 5 a 9 anos de profissão, com quedas menos bruscas entre os grupos de 15 a 19 e 25 ou mais anos. Isso pode apontar, no intervalo entre os levantamentos, uma tendência ao abandono da profissão nos estratos de maior experiência.

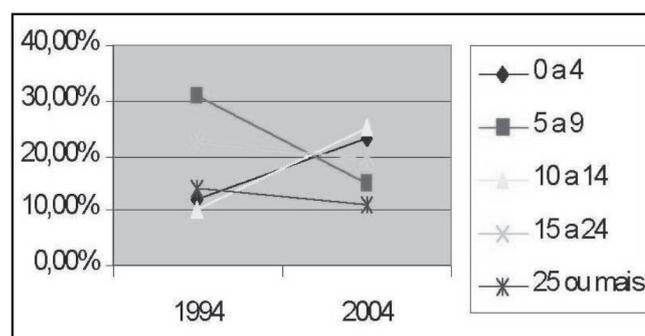


Gráfico 3 - Comparativo -tempo de Magistério.

Há uma pequena melhora no que se refere às condições de local de trabalho dos professores de História: em 1994, 53,7% trabalhavam em mais de uma escola, contra 46,2%, que trabalham em apenas uma escola, de modo que evitam deslocamentos e podem programar melhor as atividades diárias, bem como ampliar o comprometimento com os projetos da unidade de ensino, fatores que ficam mais difíceis para os professores que têm 2 ou mais locais de trabalho. Em termos de dedicação semanal de horas à profissão, verifica-se uma drástica redução na porcentagem dos que trabalham abaixo de 20 horas semanais, típicas de vínculos trabalhistas precários. A fração dos que atuam de 21 a 40 horas aumentou de 63% para 71,8%. Os que declaram trabalhar acima de 40 horas semanais, situação típica, no magistério, de sobrecarga de trabalho, diminuíram de 15,1% para 11,1%. Verifica-se, então, uma pequena melhora nominal das condições de emprego, o que não leva em consideração a intensidade e desgaste pela carga horária contratada. Apenas 12,5% dos professores entrevistados trabalham também em escolas privadas.

As práticas pedagógicas sofreram mudanças, havendo um crescimento expressivo do uso do vídeo, esquemas e o recurso ao trabalho de grupos como

estratégias de ensino - aprendizagem, como é possível observar no gráfico 4. Enquanto o uso de livros didáticos sofre uma pequena redução, o uso de apostilas sofre um expressivo incremento, provavelmente em função do crescimento das grandes redes privadas de ensino, que produzem e distribuem apostilas, cuja oferta

creceu exponencialmente, às quais os professores e alunos também têm acesso.

Mais que a oferta do material, é possível imaginar que venha acontecendo uma vitória ideológica do método daquelas empresas privadas educacionais, sustentado nas apostilas.

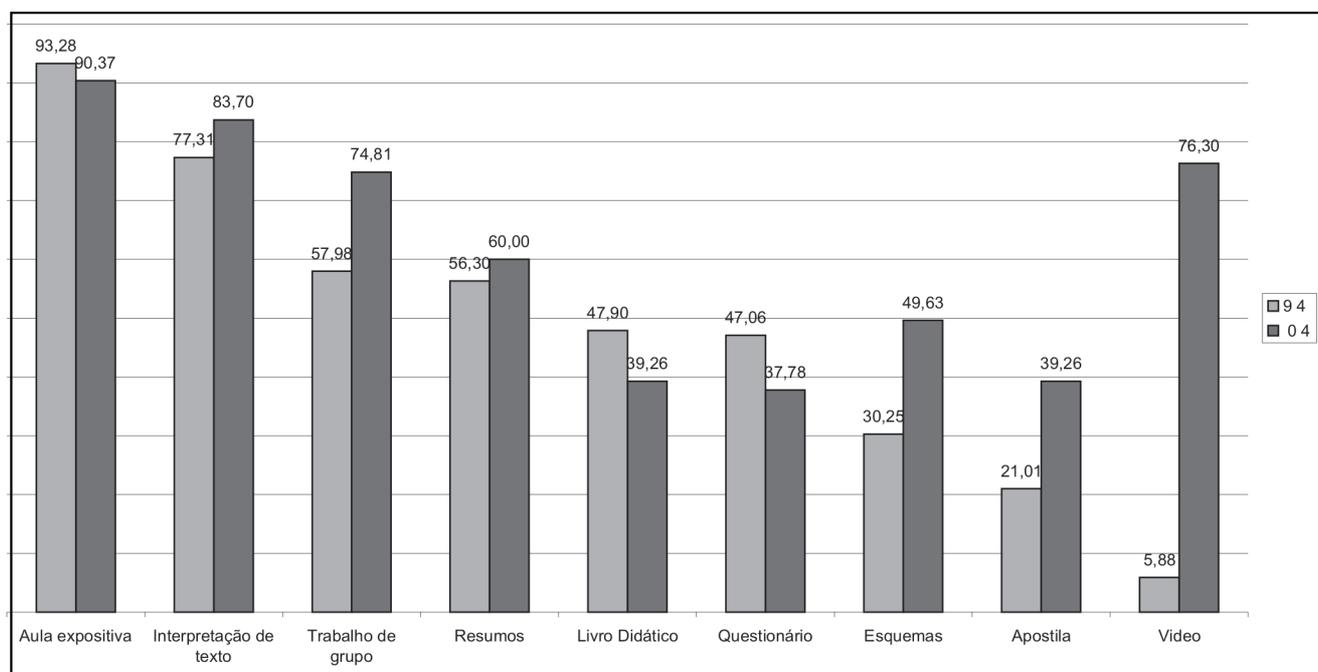


Gráfico 4 - Prática e recursos didáticos.

No que se refere à pós-graduação, 14% dos entrevistados não cursaram, contra 76,2 que têm título de especialista e 2,2% que são mestres. Esses números demonstram que a política pública de incentivo à especialização pela oferta de melhorias salariais foi bem sucedida. Entre as opções para a continuidade da formação, 26,6% apontam atividades eventuais como palestras, minicursos, seminários, etc., como as preferidas; 22,2% apontam os cursos de especialização, embora esse número seja maior que o de professores que ainda não são especializados em programas de pós-graduação *lato-sensu*. 11,8% apontam os grupos de estudo como alternativa preferida, e apenas 3,7%

preferem os cursos através de mídias interativas (Internet, videoconferências, etc.), provavelmente por falta de acesso e familiaridade com essa alternativa.

Sobre o conhecimento e utilização das propostas curriculares a disposição dos professores de História, o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná (1990) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), podemos verificar, no gráfico 5, que o CB, apesar de mais antigo, permanece presente e leva uma pequena vantagem sobre os PCN, apesar dos esforços do governo Fernando Henrique Cardoso, compartilhados pelo governo Jaime Lerner, de tornar os PCN a alternativa mais utilizada pelos professores.

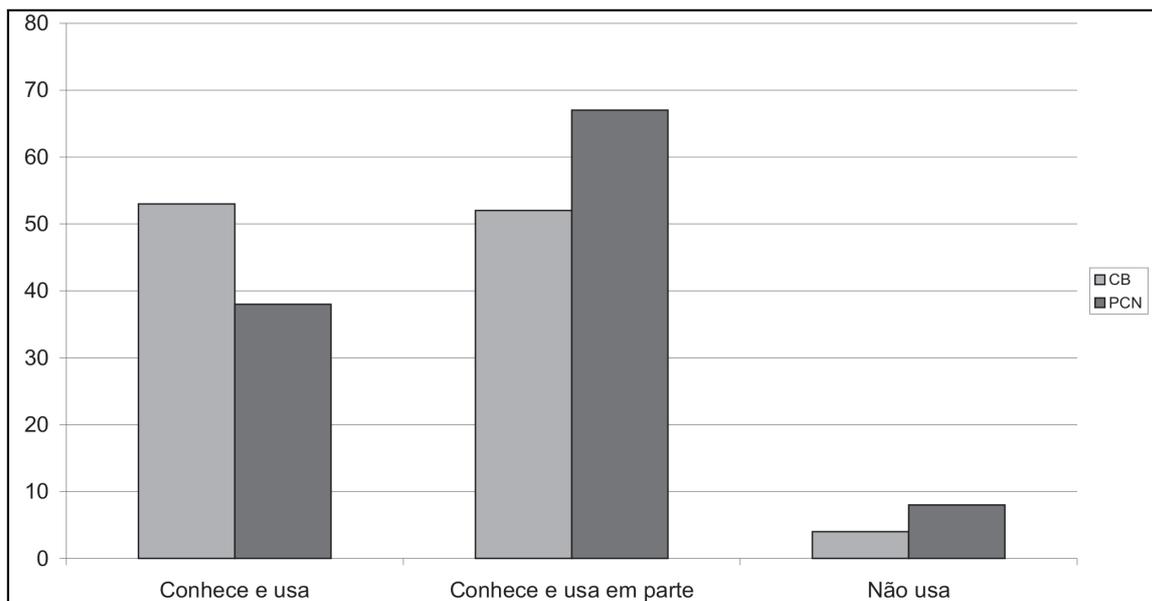


Gráfico 5 - Conhecimento e uso do CB / PCN de História

Na resposta à questão “*Em sua experiência como professor, você acredita que uma vida cultural ativa pode influenciar positivamente sua prática de ensino?*”, 85,1% dos entrevistados consideraram que influencia, influencia muito ou influencia totalmente. Entretanto, os dados seguintes sobre a fruição de arte e cultura indicam um ponto importante de frustração entre os docentes de História. 91% consideraram importante ou muito importante a aquisição de livros, mas apenas 15,5% os compram com frequência e 37,7% compram ocasionalmente. Apenas 8,8% declaram terem tido a oportunidade de formar suas bibliotecas particulares. Nos últimos 12 meses desde a realização da pesquisa, 5,1% dos entrevistados leram um ou nenhum livros; 40,7% leram de 2 a 5 livros, 33,3% leram de 6 a 10 livros e 12,5% leram mais de 10 livros. 51,8% assinam revistas e 16,2% assinam jornais. Esse conjunto de dados aponta para um perfil de leitura que busca dinamismo e praticidade, bem como utilidade para a profissão, com exigência de tempo que não se confronte com a carga de trabalho em classe e fora dela.

Sobre frequência a peças teatrais, shows e outros espetáculos artísticos, 10,3% nunca vão e 62,9% declararam que raramente participam. 7,4% participam frequentemente e 11,8% participam regularmente. Quanto a congressos, semanas e oficinas acadêmicas promovidas pela Universidade ou associações de

pesquisadores, 5,1% nunca frequentam, 45,1% o fazem raramente, 15,5% o fazem sempre e 26,6% comparecem regularmente.

Por fim, quanto à satisfação com a profissão, 51,1% declaram-se satisfeitos ou totalmente satisfeitos; 17% estão regularmente satisfeitos, enquanto 23,7% estão um pouco ou totalmente insatisfeitos com a profissão. Como era de se esperar, o maior fator de insatisfação é dado pelo salário, condições de trabalho e benefícios trabalhistas: 40,7%, nos quais não se incluem ainda 10,3% que apontam a necessidade de maior proporção de carga horária paga para preparo de aulas e correção de provas (hora-atividade) em relação às horas-aula. Outro fator que incomoda bastante os professores é a falta de colaboração dos alunos e seus pais no processo educativo, apontada como maior motivo de insatisfação para 30,3% dos entrevistados. A relação com a direção e as equipes pedagógicas é apontada como fator de insatisfação para apenas 7,4% dos entrevistados.

Considerações de síntese

O presente texto não esgota todas as possibilidades oferecidas pelos dados produzidos. Entretanto, é capaz de dar uma amostra da riqueza de horizontes

desse tipo de investigação, que não é comum no campo do Ensino de História como objeto de pesquisa. Por outro lado, objetivou-se também demonstrar as possibilidades educativas desta atividade para futuros profissionais de História. A formação de redes de pesquisadores a partir da rede já instalada de professores e alunos dos cursos de História pode certamente dar lugar a projetos e resultados de maior envergadura, que nos permitam desenvolver conclusões e afirmações fundamentadas sobre a realidade e as possibilidades do ensino de História contemporâneo. Além disso, deve-se ressaltar a importância de que essas pesquisas sejam produzidas e aproveitadas em momentos posteriores, de modo a constituir algo que absolutamente não temos, que é uma visão da perspectiva his-

tórica do desenvolvimento do ensino da disciplina, da qual as novas gerações de profissionais certamente se beneficiarão.

REFERÊNCIAS

1. HUBERMAN, M. O Ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A.. (org.). **Vidas de Professores**. 2.ed. Porto: Porto Editora, 1995.
2. LABES, E. M. **Questionário: do planejamento à aplicação na pesquisa**. Chapecó, SC: UNOESC; Editora Grifos, 1998.
3. PEREIRA, M. A. M. **Levantamento do perfil dos professores de história**. Ponta Grossa, PR: Relatório de Pesquisa ao Departamento de História, 1994. (mimeo).